

## **BREVE HISTÓRIA DAS JORNADAS DE JUNHO: UMA ANÁLISE SOBRE OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E A NOVA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL**

*Josué Medeiros*<sup>1</sup>

**RESUMO:** Em junho de 2013, o Brasil viveu uma onda de protestos gigantescos que foram chamados de jornadas de junho. As manifestações começaram contra os reajustes das tarifas do transporte municipal, mas logo o movimento extrapolou essa temática, abordando todos os problemas da sociedade brasileira. O sistema político foi abalado, a popularidade dos governantes despencou, as redes sociais foram os principais instrumentos de mobilização, e novos movimentos sociais apareceram na arena pública. Quem são esses jovens? O que eles querem? Por que agora? São algumas das interrogações com as quais o artigo dialoga, com base em três hipóteses: do ponto de vista dos eventos, as jornadas de junho são resultado da combinação do aumento do valor das passagens do transporte municipal em pleno funcionamento do ano letivo de escolas e universidades com a truculência repressiva da Polícia Militar; no aspecto estrutural, as jornadas de junho podem ser relacionadas com o debate acerca da nova classe social que teria surgido no Brasil pós-governo Lula, que alguns chamam de nova classe média e outros de nova classe trabalhadora; por fim, as jornadas de junho podem ser vistas enquanto um momento de afirmação de novas formas de organização coletiva, com base em uma análise das concepções e práticas do Movimento Passe Livre de São Paulo, que esteve à frente dos primeiros protestos.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

**PALAVRAS CHAVE:** Movimentos sociais. Classe trabalhadora. Jornadas de junho.

**ABSTRACT:** In June 2013 a rising wave of protests in Brazil was started, which was called “the June days”. The protests began against a hike in public transportation but soon the movement overstepped this theme, addressing all the problems in the Brazilian society nowadays. The political system has been shaken, the popularity of governments collapsed, social networks were the main instruments of mobilization, and new social movements emerged in the public arena. Who are these young people? What do they want? Why now? These are some questions that this paper discusses based on three hypotheses: First, from the point of view of the events, the “June days” are the result of the combination of an increase in the value of the municipal public transportation’s tickets during the class period of high schools and universities added with the military police’s brutal repression. Secondly, in the structural aspect the June days may refer to the debate about the “new social class” that have arisen in Brazil after Lula’s government, which some call the “new middle class” and other “new working class”. Thirdly, the June days can be seen as a moment of affirmation of new forms of collective organization, from an analysis of the concepts and practices of the the Free Fare Movement from São Paulo, which was at the forefront of the first protests.

**KEYWORDS:** New forms of collective organization. New social class. The June days.

Em junho de 2013, o Brasil foi inundado por imagens que surpreenderam o país, a saber, as cenas das chamadas jornadas de junho; uma onda de protestos gigantescos que não eram vistos desde o movimento pelo *impeachment* do presidente Collor em 1992. Milhões de jovens nas ruas, em mais de mil municípios do país – sobretudo nas grandes e médias cidades –, tomaram as principais avenidas, ocupando locais centrais, em uma série de manifestações que causaram um terremoto político, cultural e intelectual no Brasil. O sistema político foi abalado, a popularidade dos governantes despencou, as redes sociais foram os principais instrumentos de mobilização, e novos movimentos sociais apareceram na arena pública. Quem são esses jovens? O que eles querem? Por que agora? São algumas das interrogações que orientam os debates públicos depois de junho, cujas respostas mais diversas são formuladas por intelectuais, políticos, ativistas sociais, etc.

Este artigo pretende se somar às tentativas de respostas, articulando três hipóteses de trabalho: do ponto de vista dos eventos, as jornadas de junho são resultado da combinação do aumento do valor das passagens do transporte municipal em pleno funcionamento do ano letivo de escolas e universidades com a truculência repressiva da Polícia Militar de São Paulo, que, desde o primeiro momento, agiu com violência intensa às manifestações pela revogação do reajuste; no aspecto estrutural, as jornadas de junho podem ser relacionadas com o debate acerca da nova classe social que teria surgido no Brasil pós-governo Lula, que alguns chamam de nova classe média e outros de nova classe trabalhadora. Essas manifestações representariam, então, um primeiro momento de ação política dessa nova classe; na terceira hipótese, as jornadas de junho são consideradas um momento de afirmação de novas formas de organização coletiva, com base em uma análise das concepções e práticas do Movimento Passe Livre de São Paulo, que esteve à frente dos primeiros protestos.

Trata-se, nesse sentido, de produzir uma análise sobre as jornadas de junho que articule três momentos, a saber: primeiro, uma reconstrução histórica, factual, dos eventos que constituíram as jornadas de junho; segundo, a relação entre

esses acontecimentos e as polêmicas acerca da nova estrutura de classes que estaria em formação no Brasil, polarizada pelas noções de nova classe média *versus* nova classe trabalhadora, por meio de pesquisa de opinião realizada pela Fundação Perseu Abramo e disponibilizada para este estudo; enfim, no terceiro momento, fazer a ponte entre as jornadas de junho, seus protagonistas, em especial o Movimento Passe Livre (MPL), e o tema dos movimentos sociais – os dilemas da ação coletiva no século XXI.

## **1 – Breve história das jornadas de junho**

Narrar os protestos ocorridos no Brasil em junho de 2013 não é tarefa simples, tendo em vista o ainda alto grau de mobilização dos protagonistas que fizeram história nas ruas das grandes e médias cidades brasileiras naqueles dias. Nas palavras de Carlos Fico,

Uma das principais peculiaridades da História do Tempo Presente é a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar. Trata-se, talvez, da única particularidade que verdadeiramente distingue essa especialidade das demais. (Fico, 2012).

As fontes para essa breve história são fartas e diversas, e estão à disposição de todos – vantagem inegável da história do tempo presente. Os grandes jornais e seus portais na internet, os movimentos da sociedade civil e suas redes, seus blogs, suas “viralizações” ocuparam-se de deixar registrado o dia a dia das manifestações.

No entanto, as jornadas de junho possuem uma pré-história relacionada com os eventos políticos recentes no Brasil. Na verdade, as manifestações dos milhões de jovens são o resultado dos dez anos da primeira experiência de governo liderado por um partido ligado às classes trabalhadoras brasileiras, o Partido dos Trabalhadores (PT).

Em 2002, o ex-operário metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva disputava sua quarta eleição presidencial pelo PT, vencendo pela primeira vez ao conquistar quase 53 milhões de votos, ou 61,27% dos votos válidos, segundo o Tribunal Superior Eleitoral. Desde então, o PT venceu outros dois pleitos presidenciais (2006 e 2010), completando, em 2013, uma década na administração federal, feito inédito na jovem democracia brasileira.

Ao falar que as jornadas de junho são resultado desse processo político, econômico, social e cultural que representa os governos Lula e Dilma, o objetivo é evidenciar duas dimensões dessa relação: uma dimensão estrutural, que será abordada, de fato, na segunda parte do artigo, sobre a estrutura de classes, e outra que se atém à dimensão dos eventos cotidianos, daquilo que Braudel chamou de tempo de curta duração.<sup>2</sup>

### **A dialética do aumento das passagens e protestos da juventude**

Para o momento, o que importa é a relação episódica do ponto de vista dos eventos que geraram as jornadas de junho. Ocorre que é um consenso entre analistas e protagonistas dos protestos que o aumento das passagens dos transportes municipais e estaduais foi o estopim para as manifestações. Segundo uma pesquisa do Datafolha, 56% das pessoas estavam nos atos para lutar contra o reajuste das tarifas, enquanto 27% afirmavam brigar por um transporte público melhor.<sup>3</sup>

Tal aumento é regular – acontece anualmente – e é parte integrante de um sistema de transporte público majoritariamente organizado pelo capital privado, com pouca ou quase nenhuma presença do Estado. A grande maioria dos contratos é indexada pelo índice da inflação, e os aumentos têm por objetivo justamente

---

<sup>2</sup> BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: \_\_\_\_\_. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

<sup>3</sup> “Perfil dos manifestantes”. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296886-em-protesto-de-sp-maioria-nao-tem-partido-diz-datafolha.shtml> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

repor as supostas perdas no rendimento das empresas caudadas pela alta dos custos da mão de obra, do combustível, da manutenção, etc.

Esse aumento ordinário, “normal”, ocorre sempre no início do ano. Aqui, racionalidade econômica e política confundem-se. O aumento no começo do ano ajuda na recomposição financeira das empresas, e é importante entender, também, que em janeiro, com as férias escolares, as possibilidades de protestos contra o reajuste diminuem bastante.

De fato, uma micro-história das manifestações demonstra como aumentos das passagens de ônibus com o ano letivo em pleno funcionamento acabam por incitar grandes manifestações juvenis. A explicação causal parece simples e evidente: com os estudantes nas escolas e universidades, os processos de ação coletiva têm mais chance de se viabilizar. Se eles não estão no mesmo espaço, mas, sim, de férias, dispersos, então os protestos perdem força.

Alguns acontecimentos, apenas no século XXI, ilustram essa dialética de reajuste das tarifas do transporte público e processos de mobilização, como em 14 de agosto de 2003, quando os estudantes de Salvador protagonizaram uma onda de grandes protestos que durou cerca de 15 dias e ficou conhecida como “Revolta do Buzu”. A dinâmica da mobilização dava-se pela saída dos estudantes de suas escolas, organizados pelos grêmios estudantis ou por comissões de estudantes. A pauta inicial era o cancelamento do reajuste de 0,20 centavos na tarifa (o mesmo valor de 2013!), porém, com o desenrolar das manifestações, outras reivindicações ganharam corpo, como a luta pela meia-passagem para estudantes universitários, passe livre para estudantes do ensino médio e fundamental e a criação de um conselho municipal de transportes democrático para fiscalizar as empresas e fazer auditoria sobre as planilhas de custos, de modo a constatar se os aumentos seriam realmente necessários.<sup>4</sup>

Processo bastante similar ocorreu em Florianópolis, nos anos de 2004 e 2005, na onda de manifestações contra os aumentos

---

<sup>4</sup> Disponível em: < [http://www.vermelho.org.br/radio/noticia.php?id\\_noticia=221138&id\\_secao=331](http://www.vermelho.org.br/radio/noticia.php?id_noticia=221138&id_secao=331) >. Acesso em: 27 jan. 2014.

da passagem que ficou conhecida como “Revolta da Catraca.” Em 2004, as manifestações ocorreram entre os dias 28 de junho e 8 de julho, e em 2005, os protestos aconteceram entre 30 de maio e 21 de junho, quando, então, a prefeitura municipal revogou o aumento, diferente do resultado da revolta em 2004. Nos dois anos, os estudantes ocuparam terminais de ônibus, fecharam as pontes que dão acesso à cidade-ilha, abriram as portas dos ônibus para que a população entrasse sem pagar, etc. Do mesmo modo que em Salvador, as reivindicações avançaram para além da pauta de cancelamento do reajuste. Em Florianópolis, o movimento cunhou a expressão “por uma vida sem catracas” e anunciou que lutava pelo passe livre para toda a sociedade.<sup>5</sup>

O Movimento Passe Livre (MPL), que protagonizou as mobilizações de São Paulo que deram início às jornadas de junho – objeto de análise mais apurada na terceira parte do artigo –, foi criado em janeiro de 2005, durante o Fórum Social Mundial, na esteira dessas grandes mobilizações em Salvador e Florianópolis.

Nos anos seguintes, os aumentos seguiram seu curso regular em todas as cidades do Brasil. As administrações municipais, porém, mudaram a estratégia, demonstrando que a lição foi aprendida. O anúncio do aumento é feito no final do ano, em novembro/dezembro, quando escolas e universidades já estão em final de período, com provas e esvaziadas, e a subida da tarifa acontece em janeiro, em plenas férias.

Assim ocorreu em São Paulo no ano de 2006. O MPL organizou cerca de dez atos seguidos, entre novembro e dezembro, sem conseguir produzir mobilizações de massa que caracterizassem uma nova revolta. O mesmo ocorreu em Vitória, Rio de Janeiro, Curitiba, Distrito Federal, Recife, Porto Alegre, enfim, em praticamente todas as capitais, entre 2006 e 2013. O “movimento” marcava presença todos os anos, fazendo protestos e seguindo com o chamado “trabalho de base” nas escolas, não obstante, até o ano de 2013, sem novas revoltas que parassem as cidades.

---

<sup>5</sup> “Revolta da Catraca.” Disponível em: < <http://tarifazero.org/2009/07/22/revolta-da-catraca/> >. Acesso em: 27 jan. 2014..

## A inflação e as jornadas de junho

Em 2014 tivemos o retorno do aumento da passagem em data de funcionamento pleno das escolas e universidades. De fato, os reajustes estavam, como de praxe, marcados para janeiro. A maioria já havia sido inclusive anunciada. Contudo, prefeitos e governadores aceitaram adiar os aumentos a pedido do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, sob o pretexto de controlar a inflação.<sup>6</sup>

O ano de 2012 foi agitado no que tange ao debate econômico. Pela primeira vez na história do Brasil, o Banco Central reduziu os juros a um patamar de um dígito, estabelecendo, em outubro, a menor taxa da história do país, 7,25%. Em seu pronunciamento em rede nacional no Dia do Trabalhador, a mandatária brasileira declarou “guerra” aos juros praticados pelos bancos privados, acusando-os de ganhar dinheiro injustamente praticando taxas que não acompanhavam a redução do Banco Central. Em paralelo a isso, os bancos estatais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) reduziram drasticamente os juros cobrados do consumidor, forçando a concorrência privada a acompanhar o movimento.<sup>7</sup>

A reação da banca veio justamente no tema da inflação. De acordo com a ortodoxia econômica, os juros altos servem para manter a inflação sob controle. Se um governo reduz os juros “artificialmente”, então a inflação deve subir. Ao mesmo tempo, como afirmam os economistas desenvolvimentistas ou keynesianos, a inflação pode ser provocada “artificialmente” por um ataque especulativo do mercado financeiro.

Em verdade, o Brasil viu suas taxas de inflação crescerem em 2011, 2012 e no início de 2013. Em 2011, a inflação fechou o ano

---

<sup>6</sup> “Adiamento do aumento de tarifas”. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/economia/dilma-pede-sao-paulo-rio-que-adiem-alta-de-onibus-7304357> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

<sup>7</sup> BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Político Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.



exatamente no teto da meta de inflação,<sup>8</sup> com 6,5%. A imagem do tomate como “vilão da inflação” dominou o noticiário no país de agosto de 2012 até junho de 2013, só saindo de cena quando explodiram as manifestações.<sup>9</sup>

Nesse processo, o governo federal foi acusado pela oposição na grande mídia de ter abandonado a meta da inflação, pois em alguns meses ela teria estourado o teto.<sup>10</sup> Nesse contexto, o pedido do governo federal aos entes municipais e estaduais foi realizado, como um mecanismo de controle da inflação. Todas as autoridades aceitaram o pedido, talvez esquecendo do passado recente de lutas, ou acreditando que o aumento da renda e do emprego no Brasil dos últimos dez anos seria o antídoto contra qualquer protesto.

No entanto, os jovens nas ruas, aos milhões, recuperaram a relação entre manifestações e aumento das tarifas do transporte público. Nesse momento, apresenta-se o outro vetor da hipótese que explica as jornadas de junho do ponto de vista do tempo de curta duração, qual seja, a violência policial.

### **Cronologia das jornadas de junho: a repressão como agente mobilizador**

Os primeiros atos contra os aumentos começaram na maior cidade do país, São Paulo, já nos dias 27 e 28 de maio, com a

---

<sup>8</sup> Meta de inflação é a política pública mais importante no que tange ao controle dos preços. O Banco Central fixa uma meta para a inflação anual, e tal meta pode sofrer uma variação de 2% para mais (teto da meta) ou para menos (piso da meta), a depender da conjuntura econômica. Se a taxa inflacionária de um país rompe o teto ou o piso, é sinal de problema para o funcionamento econômico. O Brasil adota o regime de meta de inflação desde 1999.

<sup>9</sup> “Tomate vilão da inflação”. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,tomate-e-vilao-da-inflacao,909693,0.htm> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

<sup>10</sup> “Teto da inflação”. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/inflacao-sobe-0-em-marco-e-chega-a-x-em-12-meses> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

presença de alguns estudantes, segundo o site do MPL-SP.<sup>11</sup> Contudo, o primeiro grande protesto com repercussão nacional ocorreu no dia 6 de junho. Com a participação de 5 mil pessoas,<sup>12</sup> o destaque dos grandes meios de comunicação ficou em torno das cerca de mil latas de lixo da prefeitura quebradas ao longo do trajeto da manifestação e dos confrontos com a Polícia Militar do estado de São Paulo.<sup>13</sup>

A repressão e a violência foram características constantes das jornadas de junho – terceira parte do artigo. Contudo, com relação à postura da repressão das forças policiais, esse é um tópico que faz parte desta breve história das jornadas de junho. Isso porque a intensidade do uso da força pela PM em São Paulo é o segundo elemento que explica por que os protestos ocorreram com tamanha força em todo o país.

Não apenas no primeiro grande ato, mas em todas as manifestações, a PM de São Paulo reagiu com repressão, buscando, pela força, impedir que o movimento cumprisse seu objetivo de fechar importantes vias da cidade. Bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha que atingiram manifestantes e diversos profissionais da imprensa, além de prisões arbitrárias foram os expedientes usados pela força de segurança paulista para coibir os protestos.

No primeiro protesto, os manifestantes fecharam a Avenida Paulista e a Avenida 9 de julho, enquanto, no segundo ato,

---

<sup>11</sup> “Primeiros atos contra o aumento da tarifa”. Disponível em: < <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/09/13/primeiras-chamas-os-atos-regionais-que-inauguraram-as-jornadas-de-junho/> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

<sup>12</sup> O número dos participantes nos protestos é sempre objeto de polêmica, com organizadores e movimentos apontando um número sempre superior aquele estimado pelo Estado e divulgado pela grande mídia. Nesse artigo, em geral, informamos os dados que circularam nacionalmente nos grandes jornais e redes de televisão, sem que isso implique, contudo, em aceitação dessa informação como verdadeira. Trata-se apenas de uma escolha que facilita a uniformização das informações.

<sup>13</sup> “Protesto na Avenida Paulista”. Disponível em: < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-06/protesto-contra-aumento-da-passagem-de-onibus-em-sao-paulo-chega-avenida-paulista> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

ocorrido no dia 8 de junho, a Marginal Pinheiros teve seu fluxo interrompido por cinco minutos, e o trânsito só foi estabelecido após ação violenta da PM.<sup>14</sup>

Esse roteiro repetiu-se na terceira e quarta manifestações, ocorridas em 11 de junho e 13 de junho. O número de manifestantes aumentou com relação à primeira semana, passando para 10 mil no terceiro ato e 20 mil no quarto. O nível de radicalidade do movimento acompanhou esse aumento, e não apenas avenidas foram bloqueadas, como também pontos de ônibus e agências bancárias foram ocupadas e atacadas. A reação da PM acompanhava esse incremento com mais prisões, que passaram de 20 no segundo ato para 200 no quarto protesto, mais confrontos, mais feridos. Nesses dois dias, os protestos duraram cerca de seis horas, o dobro do ocorrido nos dois primeiros atos, pois os manifestantes não mais se dispersavam após a violência da repressão, mas buscavam outras ruas, reagrupavam-se e reiniciavam o enfrentamento.<sup>15</sup>

O Brasil foi atingido então por uma tsunami de imagens da violência policial gratuita contra jovens estudantes, de registros de prisões arbitrárias em número crescente, de jornalistas atingidos pela polícia, gerando comoção e solidariedade com os protestos, revolta contra os excessos policiais. Os flagrantes feitos pelos celulares dos manifestantes foram peça chave nesse processo, conferindo um alcance instantâneo às denúncias contra o abuso policial.

O grande marco de nacionalização das jornadas de junho aconteceu no ato do dia 17 de junho. Em São Paulo, cerca de 100 mil pessoas ocuparam as ruas da cidade. Dessa vez, não apenas o MPL convocou a passeata, mas também movimentos

---

<sup>14</sup> “Marginal Pinheiros”. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1292172-grupo-fecha-marginal-pinheiros-em-protesto-contra-aumento-de-passagens-em-sp.shtml> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

<sup>15</sup> “Confrontos e prisões”. Disponível em < <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-13/mais-de-100-pessoas-detidas-para-averiguacao-em-protesto-contra-aumento-da-tarifa-em-sp> > Acesso em 27 jan. 2014.

ditos tradicionais, como o Sindicato dos Metroviários de São Paulo e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que luta por moradia.<sup>16</sup>

Tão importante quanto essa nova dimensão dos atos em São Paulo foi a nacionalização, que ocorreu apenas enquanto os protestos e a repressão policial aumentavam em São Paulo. Os reajustes tarifários ocorreram em todo o país, assim como as manifestações contrárias a tal fato. Um levantamento feito pelo site de notícias G1 aponta que já no dia 17 de junho ocorreram manifestações em 12 estados da federação.<sup>17</sup> No Rio de Janeiro, mais de 100 mil pessoas ocuparam uma das principais avenidas da cidade. Em Belo Horizonte, foram 50 mil manifestantes. As manifestações passaram a ser diárias, abrangendo sempre ao menos 20 estados, totalizando milhões de pessoas nas ruas. No dia 18 de junho, 50 mil foram às ruas em São Paulo, 10 mil em Florianópolis e 10 mil em Rio Branco; no dia 19 de junho, 20 mil em Macapá e Brasília, 30 mil em Fortaleza e 15 mil em São Luiz e Belo Horizonte. Em todos esses atos, houve confrontos com a polícia, presos e feridos.

Ainda no dia 19 de junho, os prefeitos do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como os governadores desses estados, anunciaram a revogação dos reajustes diante da pressão popular.<sup>18</sup> Com isso, as passeatas convocadas para o dia seguinte foram mantidas, adquirindo um caráter de comemoração e de apresentação de novas pautas.

De fato, o dia 20 de junho registrou as maiores manifestações: 300 mil no Rio de Janeiro, 100 mil em São Paulo, Vitória e Brasília, 50 mil em Cuiabá, Recife e Belo Horizonte e 20 mil em

---

<sup>16</sup> “Sindicato e MTST convocam ato”. Disponível em: < <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/17/agora-a-periferia-de-sao-paulo-vai-parar/> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

<sup>17</sup> “Nacionalização dos protestos”. Disponível em: < <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

<sup>18</sup> “Aumento das tarifas cancelado”. Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/haddad-e-alcmin-anunciam-reducao-das-tarifas-para-r-3-em-sp,fc2b18f9d2e5f310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

Porto Alegre, Salvador, Natal e Florianópolis. A cada dia, mais municípios registravam eventos da jornada de junho, pequenos e médios, às vezes com a presença de 100 a 500 pessoas. Ao final dessa semana, mais de mil cidades foram palco das manifestações.

Entre os dias 21 de junho e 11 de julho, as manifestações continuaram ocorrendo em todo o Brasil, quase diariamente, com menos adesão e novas características, mais ligadas às conjunturas locais. A dinâmica de enfrentamento entre manifestantes e forças policiais continuou na maioria dos casos. Em Belo Horizonte, 100 mil voltaram a ocupar as ruas nos dias 22 de junho e 26 de junho, no contexto da Copa das Confederações, torneio organizado pela Fifa como preparatório para a Copa do Mundo. Os manifestantes voltaram suas baterias contra o governo estadual.<sup>19</sup> Em São Paulo, o MPL anunciou que seguiria em mobilização para apoiar a luta dos metroviários contra o sucateamento do metrô, que ainda é estatal. Houve várias passeatas, com cerca de 5 mil pessoas, nesses dez dias; no Rio de Janeiro, em 25 de junho, moradores das favelas da Rocinha e do Vidigal fizeram uma passeata com 10 mil pessoas até a casa do governador do estado a fim de denunciar a política de “pacificação” das comunidades, sobretudo em decorrência do caso Amarildo, morador da Rocinha que desapareceu após entrar em uma viatura da PM-RJ. Outros atos com o objetivo de denunciar a política de segurança estadual ocorreram nesse período, contando com a presença de aproximadamente 5 mil pessoas.<sup>20</sup> Em Vitória, 10 mil pessoas participaram de atos no dia 28 de junho contra os pedágios cobrados nas pontes que integram a cidade ao continente.

---

<sup>19</sup> “Atos em Belo Horizonte”. Disponível em: < <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/mg/2013-06-22/bh-reune-100-mil-e-confronto-deixa-11-feridos.html> > e < <http://www.otempo.com.br/galeria-de-fotos/manifesta%C3%A7%C3%B5es-em-belo-horizonte-26-de-junho-de-2013-1.670709> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

<sup>20</sup> “Atos contra a pacificação”. Disponível em: < <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/moradores-das-favelas-da-rocinha-e-do-vidigal-participam-de-protesto.html> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

Chegavam ao fim as jornadas de junho e suas ondas de mobilização que sacudiram o país. Ficavam no ar as perguntas sobre o que teria provocado tamanha revolta. Hipóteses sobre o esgotamento do modelo de inclusão pelo consumo ou sobre as péssimas condições de vida nas cidades médias e grandes foram trabalhadas.<sup>21</sup> Na grande mídia, as reflexões sobre o esgotamento da população com a corrupção e com a política foram veiculadas como explicação para os protestos.<sup>22</sup> Neste artigo, como já foi anunciado, a análise focará, agora, no tema do surgimento de uma nova classe social no Brasil após os dez anos de governo do PT, o que pode agregar às outras variáveis trabalhadas para explicar os protestos.

## **2 – A nova classe trabalhadora como protagonista das jornadas de junho**

O ciclo político de três governos consecutivos do PT na administração federal, com Lula, de 2003 a 2010, e Dilma Rousseff, de 2011 até 2014, são objeto, nas ciências humanas, de múltiplas interpretações. Em resumo, é possível identificar dois campos que polarizam o debate. De um lado, há intelectuais que conferem sentido positivo à década petista na presidência, com base no enfoque no pós-neoliberalismo ou no desenvolvimentismo,<sup>23</sup> sem, com isso, deixar de apontar limites e contradições; de outro lado, estão os intelectuais que classificam a experiência petista no governo nacional como de continuidade do neoliberalismo e de gestão do

---

<sup>21</sup> Ver, por exemplo, o livro *Cidades Rebeldes* (2013), com artigos de David Harvey, Raquel Rolink, Herminia Maricatto, entre outros.

<sup>22</sup> Ver, entre outros, Merval Pereira, disponível em: < <http://arquivoetc.blogspot.fr/2013/07/politica-com-p-maiusculo-merval-pereira.html> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

<sup>23</sup> GUIMARÃES, Juarez. *A esperança equilibrista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004; SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

capitalismo, conferindo a isso um sentido negativo,<sup>24</sup> ainda que reconheçam avanços em certos aspectos sociais, que não seriam suficientes para alterar o sentido estrutural. Por fim, registra-se que alguns intelectuais não podem ser mapeados com base nessa polarização, por analisarem os governos Lula e Dilma por outros ângulos, tal como Werneck Vianna,<sup>25</sup> que prioriza os aspectos da relação Estado-sociedade civil, ou Giuseppe Cocco,<sup>26</sup> que aponta para as conexões positivas e negativas entre o Brasil do PT e o que ele chama de novo capitalismo cognitivo.

### **Nova classe média versus nova classe trabalhadora**

Todos os estudiosos, porém, estão de acordo que o país não é mais o mesmo passado esse último decênio. Muitas transformações ocorreram a partir da retomada do crescimento econômico e da ação do Estado em direção à distribuição de renda. Talvez, o principal resultado seja a produção de uma nova estrutura de classes no país. De acordo com os números da Pnad/IBGE,<sup>27</sup> cerca de 40 milhões de brasileiros e brasileiras ascenderam socialmente entre 2003 e 2010 – metade dessa população rompeu a barreira da miséria absoluta e grande parte adentrou no mercado de trabalho formal e no mundo do consumo pela primeira vez na vida. A renda dos 10% mais ricos aumentou

---

<sup>24</sup> ANTUNES, Ricardo. *Uma esquerda fora do lugar*. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2006; OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às Avessas. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). *Hegemonia às Avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010; RICCI, Rudá. *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira, 2010.

<sup>25</sup> WERNECK VIANNA, Luiz. *Esquerda brasileira e tradição republicana*. Estudos de conjuntura brasileira sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2006.

<sup>26</sup> COCCO, Giuseppe. *MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e o devir-Brasil do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

<sup>27</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados extraídos de BARBOSA, Alexandre de Freitas (Org.). *O Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

16% e a dos 10% mais pobres quase dobrou (91%). Em 2011, o país atingiu o menor nível de desigualdade desde os primeiros registros dos anos 1960. Trata-se de um feito, embora o nível de desigualdade permaneça altíssimo.

Com base nesses dados, estabeleceu-se um consenso entre grande mídia, governo federal e parte da academia de que o Brasil estava conhecendo uma nova classe média. Nessa visão, a renda é a principal (e muitas vezes a única) variável; uma vez estabelecidos os cortes de rendimento que separam a classe média dos mais pobres e dos mais ricos, critérios demasiadamente largos, pode-se comemorar a construção de uma sociedade de classe média. Amaury de Souza, Bolívar Lamounier e Marcelo Neri são os principais intelectuais a formular essa interpretação.<sup>28</sup>

Algumas vozes na academia apresentaram opinião distinta. Por meio de diferentes termos, como “ralé e batalhadores”,<sup>29</sup> “subproletariado”,<sup>30</sup> ou ainda precariado,<sup>31</sup> surge uma interpretação que classifica esse novo segmento social como nova classe trabalhadora, uma vez que os ex-miseráveis entram no mercado de trabalho pela base da pirâmide – com salários baixos e jornada de trabalho intensa.<sup>32</sup> Esta última é, sem dúvida, uma visão mais realista do atual processo social brasileiro, que se afasta da meta ufanista do “país de classe média” ao apresentar outros critérios que diferenciam as classes de trabalhadores, como o capital cultural ou o acesso ao mundo dos direitos.<sup>33</sup>

---

<sup>28</sup> LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury. *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010; NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2012

<sup>29</sup> SOUZA, Jessé de. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

<sup>30</sup> SINGER, 2012.

<sup>31</sup> COCCO, 2009

<sup>32</sup> POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

<sup>33</sup> Uma análise mais completa desse debate está em TIBLE, Jean. “Una nueva clase media en Brasil? El lulismo como fenómeno político-social.” *Nueva Sociedad*, v. 243, p. 4-17, 2013.



## Thompson e o fazer-se da classe trabalhadora

Tão importante quanto afastar a mistificação da nova classe média é qualificar a própria noção de classe social. Trata-se de entender que a posição no lugar de produção por si só não define uma classe social. Com base nas formulações do historiador inglês E. P. Thompson, pode-se compreender a classe social como um processo, e não como coisa; que uma classe social só existe quando seus interesses estão em movimento na sociedade, em confronto com os interesses de outra classe e/ou em aliança com uma terceira, a fim de compreender como as maiorias são formadas e como se dão os processos de hegemonia, que forjam dominações de classe duradouras, mas que podem ser alterados pela ação política.

Essa posição recusa noções como “falsa consciência”, bem como se nega a “ingenuamente perseguir apenas fins teleológicos, ‘como a conquista do poder de classe’”.<sup>34</sup> Ao contrário, essa forma de entender as classes busca olhar “a história como história – homens situados em contextos reais (que eles não escolheram) e confrontados perante forças incontornáveis com uma urgência esmagadora de relações e deveres, dispendo apenas de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação – e não como um texto para fanfarronices do tipo assim deveria ter sido”.<sup>35</sup> Em suma, o lugar da produção, sem valores, sem uma cultura política, sem uma experiência de lutas, não faz uma classe social.

É fundamental, ainda, submeter esse debate sobre uma nova classe trabalhadora no Brasil à categoria thompsoniana de *experiência* de classe: Thompson propõe a historicização do conceito de classe social e também a admissão de uma análise que se baseie na noção de *experiência*. Essa noção, fundamental para sua concepção, é dotada de um forte significado histórico que afasta completamente a ideia de que o “fazer-se” da classe

---

<sup>34</sup> THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses. In: NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Sergio (Orgs). *E. P. Thompson: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

<sup>35</sup> THOMPSON, 2001.

foi externo ou puramente econômico. O próprio conceito de “fazer-se” da classe significa uma ruptura com o estruturalismo presente nas concepções de classe em si e classe para si, que por sua vez são derivados da metáfora base e superestrutura. O autor afasta a “ideia de que a formação da classe seja independente de determinações objetivas, nem que a classe possa ser definida como simples fenômeno cultural”.<sup>36</sup>

“A classe é um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência quanto da consciência”.<sup>37</sup> Nesse sentido, não existe classe sem consciência de si própria. Essa consciência dá-se historicamente no processo de lutas sociais, quando as classes constroem uma identidade comum, elaboram um projeto alternativo, constituem formas organizativas coletivas que propagam essa identidade e esse processo: “Classe e consciência de classe são o último degrau, e não o primeiro, de um processo histórico real”.<sup>38</sup>

A classe “não é”, não existe como algo cristalizado. A classe não é uma parte da sociedade, mas a maneira pela qual uma das partes da sociedade se movimenta, e esse movimento não pode ser apreendido abstrata ou isoladamente, mas apenas nas relações com outras classes. A classe não é uma coisa, mas, sim, um acontecimento, cuja definição só pode ser feita, em última análise,

através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, e que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas.<sup>39</sup>

---

<sup>36</sup> THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 277.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

<sup>38</sup> THOMPSON. 2002, p.274-275.

<sup>39</sup> THOMPSON, 2001, p. 169.

Com isso, o olhar direcionado para essa parcela da sociedade brasileira, que soma milhões de cidadãos e cidadãs espalhados pelas diversas regiões do país, precisa ser complexificado. Do ponto de vista sociológico, essa nova classe trabalhadora são muitos, e talvez por isso seja impossível afirmar que qualquer uma das denominações aqui mencionadas – batalhadores, subproletariado, precariado – é mais correta que a outra. Todas ajudam a entender uma classe que está situada na base da pirâmide do trabalho; que apresenta “uma composição social complexa e heterogênea, que vai muito além do operariado industrial clássico”;<sup>40</sup> é composta por “jovens trabalhadores com baixa qualificação, mas com alguma qualificação que garante emprego formal e com isso direitos e renda”;<sup>41</sup> que são trabalhadores “sem passado sindical, 'empreendedores' com seus próprios pequenos negócios familiares, habitante das periferias que não se mudam de bairro quando ascendem socialmente”;<sup>42</sup> são, enfim, “os pobres que estimulados pelas políticas sociais e pela distribuição de renda estão produzindo suas demandas, suas lutas”.<sup>43</sup>

Ademais, qual é, afinal, a *experiência* de classe desse segmento social novo no Brasil, com novos trabalhadores? Primeiro, a experiência das jornadas de trabalho intensas, de até 14 horas por dia, como demonstrou Jessé Souza em seus “batalhadores”. Segundo, a relação entre direitos e consumo. Em um país como o Brasil, onde os direitos fundamentais – saúde, educação, moradia, cultura – jamais foram universalizados, é preciso levar em conta a contradição da experiência dessa classe que, muitas vezes, acessem aos direitos por meio do consumo, colocando o filho em escola particular, assinando um

---

<sup>40</sup> CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora: indagações. In: FPA; FES (Org). *Classes? Que classes?* São Paulo: FPA, 2013. p.87-104.

<sup>41</sup> SINGER, André. Quatro Notas sobre as classes sociais nos dez anos de lulismo. In: FPA; FES (Org.). *Classes? Que classes?* São Paulo: FPA, 2013. p.21-38.

<sup>42</sup> SOUZA, 2012.

<sup>43</sup> COCCO, 2009.

plano de saúde, comprando o carro novo, etc. O segundo ponto e o terceiro, referentes às cidades, são cruciais para a conexão entre nova classe e as jornadas de junho. Afinal, o lugar onde essa nova classe vive e mora – as grandes e médias cidades – é marcado por uma paisagem urbana com moradia precária, transporte caótico, que “exila os trabalhadores e a juventude do direito à cidade e que termina por criar um verdadeiro não lugar para a classe trabalhadora” como um todo, e para a nova classe em particular”.<sup>44</sup>

### **Nova classe trabalhadora e jornadas de junho**

Um movimento que contou com a adesão de milhões de pessoas certamente apresentará um caráter policlassista. Nas ruas das cidades brasileiras, em junho, estavam jovens de classe média, classe alta, da classe trabalhadora organizada em sindicatos e partidos e da nova classe trabalhadora em formação. A afirmação de que a nova classe trabalhadora foi protagonista das jornadas de junho não exige comprovação matemática e tampouco exclui o fato de que as manifestações tenham contato com a atuação decisiva dos jovens de classe média ou de qualquer outro segmento social. Trata-se apenas de constatar, com base nas características dos protestos, e nas pesquisas de opinião, que a nova classe trabalhadora foi às ruas pela primeira vez desde que começou a se constituir enquanto segmento social nos últimos dez anos. Segundo a pesquisa já citada do Datafolha, de que 71% dos manifestantes estavam em uma manifestação pela primeira vez na vida, número bastante expressivo. Além disso, 53% tinham menos de 25 anos.

Com base no que foi visto sobre a experiência dessa nova classe, não é por acaso que as jornadas de junho tenham começado com uma questão chave para entender o problema das cidades brasileiras, a mobilidade urbana, e tenham, por meio

---

<sup>44</sup> MARICATO, Ermínia. Cidade e luta de classes no Brasil. Uma nova classe trabalhadora: indagações. In: FPA; FES (Org.). *Classes? Que classes?* São Paulo: FPA, 2013. p.139-162.

das lutas, tal como defendia Thompson, organizado uma palavra de ordem síntese que afirmava “não é só por 0,20 centavos, é por direitos”. Foi uma consciência coletiva em formação que se materializou nas ruas do Brasil em junho. O “individualismo” dos milhares de cartazes não apaga o conteúdo coletivo das reivindicações, um conteúdo que pede mais cidadania, mais bem viver, mais democracia e que não apaga, também, a contradição da adesão ao consumo, da ideologia do individualismo meritocrático, da teologia da prosperidade. Tal conteúdo, no entanto, permite refutar perspectivas como a do “conservadorismo popular”, apresentada por Singer na primeira versão de sua teoria sobre o lulismo (2007) e abandonada, na formatação final (2010), em prol de uma concepção em movimento, na qual a consciência dessa nova classe nem será, a priori, conservadora ou progressista, mas, sim, feita nas lutas, na ação concreta.

Nesse sentido, a pesquisa feita pela Fundação Perseu Abramo, sob direção de Gustavo Venturi, adensa dados fundamentais para uma compreensão mais aprofundada da nova classe para conectar esse segmento com as jornadas de junho. Tal pesquisa foi apresentada pela primeira vez ao mundo acadêmico no Encontro Anual da Anpocs de 2013 e teve alguns resultados apresentados em artigo no mesmo ano. Conforme explica Venturi *et alii*,<sup>45</sup> a pesquisa foi realizada em agosto de 2012 e consistiu em realizar 3.307 entrevistas pessoais e domiciliares em 148 municípios de 25 estados, e possui margem de erro de 2% para mais ou para menos.<sup>46</sup>

Os resultados tabulados são bons indicadores sobre a consciência em formação dessa nova classe, sobretudo após as jornadas de junho. No que a pesquisa definiu como perfil, Venturi mostra que 69% dos entrevistados percebem-se como classe

---

<sup>45</sup> VENTURI, Gustavo *et alii*. Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora. In: Cidade e luta de classes no Brasil. Uma nova classe trabalhadora: indagações. In: FPA; FES (Org.). *Classes? Que Classes?* São Paulo: FPA, 2013. p.39-52.

<sup>46</sup> Venturi cedeu as tabelas já elaboradas e também os dados brutos para uso neste artigo, por isso sou imensamente grato.

trabalhadora/povo, e somente 28% veem-se como classe média. Entre os estratos médios – que totalizam 51% da população e não correspondem à classe média –, 71% consideram-se classe trabalhadora/povo e 27% definem-se como classe média. Entre os estratos médios ascendentes, 70% declaram-se classe trabalhadora/povo e 27% afirmam ser de classe média. Ou seja, a narrativa da nova classe média, apresentada aqui como hegemônica na grande mídia e no governo federal, não convenceu os próprios setores que deveriam compor essa nova classe média.

A pesquisa procurou ainda definir uma cultura política dessa nova classe trabalhadora. Assim, em um quadro em que 82% dos pesquisados acreditam que o país está melhor hoje do que estava há dez anos, e que 100% das pessoas adquiriram bens de consumo novos nos últimos cinco anos, é impressionante o fato de que 88% dos entrevistados afirmaram reconhecer que alguma forma de ação coletiva é necessária para que as condições de vida sigam melhorando, já que mais da metade desse contingente (46%) optariam por participar de manifestações de rua e outras formas de ação direta. Isso quase um ano antes das jornadas de junho!

Ao mesmo tempo, para deixar claro o caráter contraditório desse processo, todas as formas de participação em algum movimento coletivo cotidiano – sindicatos, partidos, associações de moradores, grêmios estudantis, grupos religiosos, cooperativas, etc. – recebem rejeição de mais de 50% sempre, algumas, como partido político, são refutadas por mais de 80%. Esse aspecto também se encaixa no perfil apresentado pelos manifestantes nas jornadas de junho, uma vez que a maioria não era membro de nenhum movimento ou entidade, algo que ficou claro na profusão de cartazes e na convocatória via redes sociais, aspectos que abordaremos a seguir, na terceira parte.

### **3 – Os movimentos sociais e as jornadas de junho: novas formas e novos desafios**

Uma vez mais recorrendo à pesquisa do Datafolha, 81% dos participantes dos atos ficaram sabendo do protesto pelo Facebook,

e 85% das pessoas entrevistadas disseram que estavam se informando pelas jornadas de junho pela internet. Ora, em um quadro como esse, qual é o papel dos chamados movimentos sociais? A resposta imediata seria reduzir ao máximo a função mobilizadora e organizadora de qualquer coletivo organizado nas manifestações. Porém, como foi visto na breve cronologia dos acontecimentos que configuraram as jornadas de junho, uma entidade coletiva, o Movimento Passe Livre (MPL), teve importância decisiva para que as manifestações acontecessem. Esta parte do estudo focará justamente no MPL, analisando as concepções desse movimento em três dimensões, a saber, autonomia frente ao Estado, organização e democracia interna e métodos de ação.

### **Nova dinâmica política entre Estado e sociedade civil**

Além da nova estrutura social, uma outra característica marcante na experiência de dez anos de governo do PT foi a nova relação entre o Estado e a sociedade civil organizada. Todo esse vigoroso processo de mobilidade social foi acompanhado de uma rica dinâmica política e cultural no país. Novos partidos políticos e redes de associação civil nasceram e cresceram no Brasil. A participação popular na elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas ganhou amplitude sem precedentes, contribuindo para aumentar tanto a eficácia e abrangência das ações públicas, como a capacidade de formulação dos movimentos sociais. O grande símbolo desse conjunto de esforços foi a criação de uma secretaria especial da presidência da república, criada em 2003, cuja função central é articular o diálogo com os movimentos sociais organizados no Brasil: dialogar sobre suas demandas, negociar acordos.

Outro exemplo dessa nova dinâmica foi a realização de um amplo conjunto de conferências nacionais participativas temáticas, promovidas pelo Estado brasileiro em diversas áreas, tais como saúde, educação, mulheres, igualdade racial, direitos humanos, desenvolvimento agrário, cultura, entre outros. Foram realizadas 73 conferências nesses dez anos de governo petista,

com a construção de 31 conselhos temáticos que reúnem Estado e sociedade civil.<sup>47</sup> Mais recentemente, já no mandato da presidenta Dilma Rousseff, o governo anunciou a elaboração de um sistema nacional de participação política, com o objetivo de normatizar e padronizar essa dinâmica participativa, e que vem sendo fortemente combatido pelos partidos de centro e direita no parlamento, ciosos em manter suas prerrogativas de representantes da população.

### **Esquerda e participação popular no Brasil**

Toda essa dinâmica teve o Estado como um ator fundamental. Tal fato apresenta-se como um deslocamento de uma tradição que se pensou contra o Estado, com base em categorias como participação popular e autonomia.

A esquerda brasileira nascida e criada no final dos anos 1970 e início da década de 1980 insere-se em uma tradição que tem no conceito de participação uma categoria fundamental no campo das teorias críticas à democracia representativa na segunda metade do século XX.<sup>48</sup> O fato é que, no Brasil, o conceito de participação popular é constitutivo, enquanto categoria nativa, em grande parte da cultura política de esquerda no Brasil, seja ela oriunda dos movimentos influenciados pela Igreja Católica ou do movimento operário autonomista do qual Lula fez parte no final dos anos 1970, fazendo parte do núcleo da crítica à primeira geração política da esquerda brasileira ligada ao partido comunista, denunciada por seu “atrelamento ao Estado”. Foi essa cultura política tão bem ilustrada por Eder Sader em seu clássico *Quando novos personagens entram em cena*.<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup> POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 259-305, 2011.

<sup>48</sup> LVALLE, Adrian; VERA, Ernesto. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. *Lua Nova*. São Paulo, v. 84, p. 353-364, 2011.

<sup>49</sup> SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988



A cultura política da qual Lula e toda sua geração é caudatária foi construída com os pilares da afirmação de autonomia e participação popular e contra o Estado. O PT foi criado em processo que unificou diversos atores sociais distintos, todos com experiências diversas de luta contra a Ditadura Militar e a exploração capitalista, forjando sua cultura política em absoluta autonomia do Estado brasileiro, este visto como “capturado pelos interesses da burguesia”.<sup>50</sup>

Os operários metalúrgicos, as organizações marxistas de vanguarda com base social na classe média, muitas das quais enfrentaram o regime autoritário pegando em armas, os movimentos populares urbanos de luta pela moradia, as organizações inspiradas pela Teologia da Libertação da Igreja Católica e seus métodos de organização da base; ainda nas cidades, movimentos feministas novos em marcha contra a dupla opressão do capital e do patriarcado, movimentos negros de combate ao racismo, recuperando a memória da escravidão e seu legado social, os movimentos camponeses em sua diversidade, alguns organizando sindicatos rurais, outros também sob influência da igreja católica progressista, ambos lutando pela reforma agrária; enfim, todos encontraram na formação do PT um lugar autônomo de luta por transformação social e crítica ao Estado.<sup>51</sup>

A expressão “de costas para o Estado” tornou-se um jargão de muitos estudos da época. Não por acaso, os pesquisadores brasileiros dos anos 1970 e 1980 apresentavam uma recusa à abordagem de Alain Touraine por acharem que o teórico francês conferia muita importância ao Estado e às disputas inerentes a ele.<sup>52</sup>

Nos anos 1990, período em que a agenda neoliberal ganha força no Brasil e na América Latina, os movimentos sociais no Brasil

---

<sup>50</sup> SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

<sup>51</sup> “No Brasil, o Estado sempre foi um dos principais inimigos dos trabalhadores”, costumava dizer Lula nos tempos da fundação do PT.

<sup>52</sup> GOHN, Maria da Glória. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

depararam-se com uma conjuntura de intensas mobilizações e resistência às políticas orientadas pelo consenso de Washington.<sup>53</sup> Um dos processos mais marcantes protagonizados pelos movimentos sociais do período foi a organização autônoma de um plebiscito popular contra o acordo de livre comércio das Américas, proposto pelos Estados Unidos.

Finalmente, em 2002, o movimento liderado por Lula chegou ao poder no cargo mais importante do país. Um dos gestos mais simbólicos do início de seu governo foi fazer uma reunião, dentro do palácio da presidência da república, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), um dos movimentos sociais mais radicais no Brasil e que teve boa parte de suas lideranças presas e criminalizadas no período anterior. O que se anunciava, nesse instante, era que o governo e o aparato estatal estavam abertos à população e aos movimentos sociais como nunca antes.<sup>54</sup>

### **A questão da autonomia frente ao Estado**

O resultado dessa dinâmica está longe de ser consensual. A principal crítica apresentada por Werneck Vianna, justamente um dos autores que fogem da polarização “continuidade do neoliberalismo versus início do pós-neoliberalismo”, é a de que o Estado brasileiro, sob a direção do PT, submeteu a sociedade civil a sua agenda e a seus interesses.<sup>55</sup> Outros autores criticam a hipertrofia do Estado, como Rudá Ricci,<sup>56</sup> ou mesmo a permanência da estrutura sindical que atrela os sindicatos ao aparato estatal com a figura do imposto sindical, como faz Ricardo Antunes.<sup>57</sup>

É nesse contexto que o MPL surge enquanto um movimento social que afirma uma absoluta autonomia diante do Estado. É

---

<sup>53</sup> SADER, Emir. *A vingança da História*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2003.

<sup>54</sup> “Lula como boné do MST”. Disponível em: < [http://veja.abril.com.br/090703/p\\_054.html](http://veja.abril.com.br/090703/p_054.html) >. Acesso em 27 jan. 2014.

<sup>55</sup> WERNECK, 2006.

<sup>56</sup> RICCI, 2010.

<sup>57</sup> ANTUNES, 2006.

evidente, na carta de princípios do movimento, a crítica à situação de atrelamento de outros movimentos sociais com relação ao Estado e, ao mesmo tempo, a tentativa de retomar o fio da tradição da autonomia da sociedade civil. Por exemplo, a carta de princípios diz que “O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc”.

Essa postura, porém, não é levada à radicalidade. Os diálogos com as instituições estão abertos o tempo todo, o que contribui para diferenciar o MPL das tradições anarquistas. O movimento não se furta a se relacionar com sindicatos, ou mesmo com o já mencionado MTST, que faz parte do conjunto de entidades que mantém estreitas relações com o PT e com o governo Lula. O MPL também apela para parlamentares que defendam suas bandeiras, ou que ajudem a liberar militantes detidos de forma arbitrária pela polícia.

Trata-se, portanto, de uma relação ambígua, e ao caracterizar assim não pretendemos fazer juízo de valor, como se fosse positivo ter uma relação precisa com o Estado (de negação ou aceitação), enquanto a ambiguidade apareceria como algo a ser combatido. Trata-se, somente, de identificar que o MPL, embora seja um movimento que reafirma a autonomia e recusa a ser mais uma organização a orbitar em torno do Estado é, ao mesmo tempo, um coletivo que estabelece redes de solidariedade e mobilização comum e também que acessa a gramática do Estado em determinadas situações. Esse aspecto contraditório não tem como deixar de nas demais dinâmicas do MPL, tais como o debate sobre a organização e democracia interna, e também nas formas de luta.

### **Organização democrática de base e organização nacional**

O MPL é um movimento nacional que se articula em forma de rede. Qualquer grupo de ativistas pode fundar um núcleo do MPL em sua cidade. Essa adesão, porém, não é completamente

livre. Os ativistas do MPL em todo o Brasil precisam se submeter à carta de princípios do movimento. Essa carta foi criada em 28 de janeiro de 2005 e modificada em 30 de julho de 2007, no 3º Encontro Nacional do MPL.<sup>58</sup>

Essa dialética local/nacional não é novidade nos movimentos sociais. Sader demonstra que as redes nacionais de associações de moradores e as redes das Comunidades Eclesiais de Base seguiam os mesmos princípios. O caráter federativo que o movimento reafirma em todo o documento está presente inclusive em movimentos mais estruturados, como o sindicalismo, com as federações e confederações sindicais, e o movimento estudantil, com as entidades estaduais e municipais.

Contudo, o MPL apresenta um elemento absolutamente ausente na maioria dos movimentos existentes no Brasil: a dinâmica do consenso. As polêmicas jamais são resolvidas com votações. Os movimentos sociais como o sindicalismo, o movimento estudantil e o movimento sem terra não estão completamente alheios a essa experiência. Todas as edições do Fórum Social Mundial, organizado em Porto Alegre entre 2001 e 2005 e em Belém do Pará em 2007, bem como as iniciativas e campanhas unitárias (Plebiscito da Dívida Externa, em 2000 e Plebiscito Contra a Alca, em 2005) funcionaram de acordo com a dinâmica do consenso.

Não obstante, o consenso não faz parte da organização estrutural desses movimentos. Mais do que isso, é fácil encontrar, seja nos relatos dos militantes, seja em documentos escritos análises sobre os limites desse tipo de prática, já que tanto o fórum social mundial quanto as campanhas unitárias tenham sofrido descontinuidades, não ocorrendo nenhuma iniciativa desse tipo nos últimos cinco anos.

Assim, no MPL, uma única pessoa tem o mesmo peso que um grupo organizado. Trata-se de um elemento que evita construções de maiorias e que, ao mesmo tempo, dialoga com a recusa das pessoas vis os movimentos organizados, tal como

---

<sup>58</sup> A carta na íntegra encontra-se em < <http://www.mpl.org.br/?q=node/2> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

apontou a pesquisa da Fundação Perseu Abramo. E que tem ainda outra dimensão fundamental: valorizar o método da ação direta, que é o último tópico a ser analisado.

### **Ação direta e violência**

O MPL afirma que “a força deve vir das ruas”, e as ruas precisam ser ocupadas por todos aqueles que concordem com a luta pelo passe livre. Cada pessoa é um militante em potencial, e, uma vez tornando-se membro do movimento, terá responsabilidades que permitam seu protagonismo, em uma reafirmação do caráter horizontal do movimento.

Entretanto, o MPL vai recorrer ao mesmo método utilizado pelos movimentos “tradicionais” para conquistas militantes. Trata-se do chamado “trabalho de base”, territorializado em escolas e universidades e instrumentalizado por cartilhas e manuais que fomentam “a discussão sobre aspectos urbanos como crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social”, todos temas ligados à juventude que se quer atingir e à questão urbana, da qual a pauta do passe livre é indissociável. Em outras palavras, seus vínculos com a cultura política mais geral da esquerda uma vez mais se apresentam, como já ocorrera no tema das relações com o Estado e a institucionalidade.

E também nesse tópico o MPL vai apresentar uma inovação que não é acompanhada pelos demais movimentos políticos e sociais de esquerda, como havia acontecido na questão organizativa. Enquanto nos movimentos tradicionais a ação do militante é submetida à vontade coletiva, representada pela entidade e/ou pela direção, no MPL a ação direta é o vetor dominante, aquilo que vai estruturar o pertencimento e a identidade do militante pelo passe livre.

Assim, após os confrontos com a polícia nas jornadas de junho, o MPL lança uma nota afirmando que se, por um lado não estimula a violência, por outro deixa claro que a revolta da juventude contra o sistema é legítima e não pode ser controlada

ou reprimida.<sup>59</sup> Um tom bem diferente da condenação à violência encontrada nas notas dos sindicatos, que culpam a polícia pela repressão mas não justificam os manifestantes que praticam atos violentos.<sup>60</sup>

### **Conclusão: novos movimentos e nova classe**

Tanto a pesquisa da Fundação Perseu Abramo quanto a pesquisa do Datafolha indicam que mais de 80% dos manifestantes não pertencem a partido político ou a qualquer movimento social. De fato, a ausência de tradição coletiva é uma característica fundamental dessa nova classe, reconhecida pelo conjunto de autores que se debruçaram sobre o tema.

Assim como ocorreu em final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando os novos atores sociais entraram em cena, construíram seus instrumentos de organização e refizeram o sistema político, nesse início de século XXI, a nova classe trabalhadora, uma vez posta em movimento, cria suas formas de ação coletiva.

Não é possível prever esse processo, nem afirmar com certeza que a nova classe vai simplesmente prescindir das antigas instituições criadas pela classe trabalhadora organizada da década de 1980. As experiências concretas dessas duas frações de classe são muito similares, assim como as demandas por direitos e mais democracia. Então, não se pode descartar uma aproximação, nem mesmo considerá-la improvável. O processo está realmente aberto.

As jornadas de junho foram apenas o início dessa história. Movimentos como o MPL são uma das tentativas de dar conta desse desafio. As próprias ambiguidades verificadas nesse novo movimento são prova de que a ruptura com o velho não está dada. No entanto, é inegável que o MPL apresenta novas dinâmicas

---

<sup>59</sup> "Violência dos manifestantes". Disponível em: < <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/06/07/nota-sobre-a-manifestacao-do-dia-6/> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

<sup>60</sup> "Nota da CUT". Disponível em: < <http://osamigosdopresidentelula.blogspot.fr/2013/06/cut-repudia-alckmin-criminalizar.html> >. Acesso em: 27 jan. 2014.

enquanto movimento social, distintas daquelas que a sociedade civil organizada elaborou no processo de redemocratização.

Ao mesmo tempo, outras novas formas estão em gestação, por caminhos diferentes que o trilhado pelo MPL. Por exemplo, por meio de uma política pública de fomento à cultura levada a cabo pelo governo federal, surgiu uma nova forma de cidadania ativa que constituiu a Rede Nacional de Pontos de Cultura. Os pontos de cultura são projetos culturais operados por agentes da sociedade civil com apoio financeiro do Estado brasileiro. É uma iniciativa criada no governo Lula, em 2004, e considerada nova do ponto de vista institucional. O resultado foi a formação de uma rede que chegou a quase quatro mil pontos de cultura no Brasil inteiro no ano de 2012, marca que deve ser superada em 2014. Essa rede não está preocupada apenas em realizar seus projetos localmente, mas busca organizar nacionalmente o movimento, que publica manifestos e promove encontros nacionais e internacionais de “cultura viva”, como eles se denominam.<sup>61</sup>

Aqui, o vínculo com o Estado é direto e, mais do que isso, positivado. Os pontos de cultura exigem apoio do Estado, ao mesmo tempo em que são dotados de uma pluralidade, uma diversidade temática e territorial e uma horizontalidade organizativa que não permite uma leitura baseada apenas na chave da cooptação do Estado.

Por essas características difusas, a relação entre os pontos de cultura, a nova classe e as jornadas de junho não é tão evidente. Mas é muito provável que esses 4 mil núcleos estivessem também nas ruas em 2013, e que sua composição social reproduza as novidades da estrutura de classe brasileira. Assim, futuras pesquisas sobre os desafios dos movimentos sociais precisam ser feitas para que essa riqueza das jornadas de junho seja reconhecida, que, como o próprio MPL admite em seus documentos, em muito extrapolou aquilo que o próprio movimento organiza.

---

<sup>61</sup> Disponível em: < <http://pontosdecultura.org.br/> >. Acesso em: 27 jan. 2014.